

PRÁTICAS DE ATUAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS¹

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

As práticas tradicionais de proteção, preservação e intervenção em bens culturais realizadas no Brasil nos últimos trinta anos não têm conseguido alcançar os objetivos a que se propõem e não apresentam ainda a configuração da nova e desejável tendência que começa a delinear-se no país, em que se sobressaem os modelos participativos. Essa afirmação foi a premissa básica que motivou esta tese, que teve como meta definir e apontar as deficiências dessas ações, definidas como centralizadas, e procurar identificar ações que sirvam de modelos e possam servir de exemplo para as novas posturas que surgem.

Em 1978 foi elaborado em Pernambuco, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, o PPSH/RMR. Esse plano visava a preservação do patrimônio cultural da região metropolitana do Recife e enquadrava-se na postura que vinha se tomando no país, desde o início da década, em realizar trabalhos técnicos de levantamento e catalogação dos bens patrimoniais existentes nas cidades brasileiras.

O objetivo principal desses levantamentos e catalogações girava em torno do tombamento do bem patrimonial e conseqüente proteção que tal ato provocaria. No entanto, a falta de recursos e de políticas adequadas, impediu uma proteção efetiva dos bens selecionados, e juntamente com o descaso e desapego que a população, em geral, trata o seu patrimônio cultural, não proporcionou a desejável mudança de postura que levaria à real proteção desses bens, ou seja, o compromisso e envolvimento pessoal de cada brasileiro na preservação do seu acervo cultural.

Foi no início do século XX que surgiram no Brasil as primeiras ações que demonstraram a preocupação do Estado com a preservação dos bens culturais do país. Em 1920 foi elaborado o anteprojeto de lei e defesa do

patrimônio artístico, inclusive dos bens arqueológicos. Em 3 de dezembro de 1923 foi aprovado, na Câmara dos Deputados o projeto de lei que propõe a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos. Em 16 de outubro de 1924 a mesma câmara aprova projeto de lei que visa proibir a saída do país de “obras de arte tradicional brasileira”. Em 24 de agosto de 1928 foi criada em Pernambuco a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-lei nº 25 que instituiu o tombamento no país.

Apesar dos esforços despendidos foram poucos os resultados obtidos em termos de proteção e aconteceu, na maioria das cidades brasileiras, uma considerável destruição de boa parte do patrimônio nacional, em nome do progresso que se instalava nessas cidades.

Nesse início de século e nos anos seguintes, foram criadas entidades que tomaram para si a incumbência de tratar da conservação e preservação desse patrimônio, mas, infelizmente, apresentaram um tímido e, muitas vezes, ineficiente funcionamento. Foram criados instrumentos de financiamento dentro de uma política cultural nacional, onde os escassos recursos públicos eram alocados através de programas, projetos e instituições, muitas vezes de forma limitada o que privilegiava apenas alguns setores, numa falta total de abrangência nacional. A inoperância do processo de financiamento foi atrelada a, além de fatores como a própria limitação de recursos, à dificuldade de fluência da máquina burocrática na sua liberação e, principalmente, pela ausência de uma participação ampla da comunidade na definição de critérios e prioridades a serem aplicados na concessão desses recursos.

Ao longo dos anos, de uma maneira geral, apesar das dificuldades, as políticas públicas voltadas à preservação provocaram alguns avanços, mas nenhuma conseguiu efetivar uma atitude consciente e contínua de preservação e respeito ao patrimônio. Após décadas em que se pensou a proteção do patrimônio cultural, o que a experiência trouxe foi a certeza de

que o desafio de preservá-lo, não pode ser vencido sem uma permanente e cada vez maior participação da sociedade nessa empreitada. Essa vivência tem mostrado que apenas quando acontece uma contundente e efetiva participação da sociedade junto a essas entidades, solicitando e acompanhando a salvaguarda de seu patrimônio, a idéia de preservação funciona.

Dentro dessa perspectiva nacional o PPSH/RMR veio refletir a disposição do Estado de Pernambuco em pronunciar-se oficialmente sobre seu papel na preservação dos bens culturais e de atender aos compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), onde os governadores dos estados brasileiros comprometeram-se a agir em prol da salvaguarda do patrimônio cultural nacional, presente em seus estados. Nesses documentos eles reconhecem a necessidade da ação supletiva dos estados e municípios junto à atuação federal nessa proteção. Comprometem-se na proteção dos bens culturais de valor regional e na criação de órgãos estatais e municipais adequados, devidamente articulados aos conselhos Estaduais de Cultura e com o DPHAN (atual IPHAN), dentre outras ações.

Desta forma o PPSH implantado na região metropolitana do Recife veio em auxílio às ações do IPHAN e propunha-se, segundo seu próprio texto, “em caráter de urgência, a recuperar o tempo perdido e firmar elementos de apreciação e distinção não apenas daquilo que deveria permanecer e do que devia mudar, mas, sobretudo, daquilo que se devia conservar por fundamento das atuais e das futuras transformações”².

Como resultado desse plano foram selecionados, nos nove municípios que formam a região metropolitana do Recife, 109 sítios, classificados e hierarquizados de acordo com os critérios propostos. Apesar de considerada insignificante a quantidade de bens levantados, diante de cinco séculos de história, a implementação do plano foi direcionada a apenas alguns desses bens, escolhidos como exemplar de cada uma das categorias estabelecidas, sobre os quais seriam realizados projetos pilotos.

Como continuidade das ações foi implantado, em 1982, um segundo plano, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior - PPSHI, como ação complementar abarcando os municípios fora da região metropolitana do Recife, quando foram inventariados 86 sítios, classificados nas categorias estipuladas. Ainda dentro dessa postura, visando a complementação das ações desenvolvidas, foi realizado, em 1983, o inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pernambuco – IPAC/PE, o Sertão do São Francisco. Esse inventário abrangeu as áreas do sertão e do agreste pernambucanos, não abarcados no PPSHI.

De uma maneira geral esses planos aplicados em Pernambuco resultaram importantes, pois possibilitaram a inventariação dos bens culturais do estado. Em alguns desses bens foram aplicados recursos através de projetos de recuperação e uso, visando à preservação do mesmo e sua reinserção na sociedade. No entanto, a manutenção desses bens tem-se mostrado ineficiente e em pouco tempo novas verbas precisam ser alocadas para evitar a destruição dos mesmos³.

Analisando essas ações, observa-se uma característica comum a esses planos implantados, no que diz respeito aos modelos de coleta dos dados culturais que todos utilizaram. A forma centralizada com a qual estabeleceram seus critérios de coleta de dados – com base em conceitos e técnicas de pesquisas, pré-estabelecido pelos técnicos responsáveis pela sua elaboração – deixou de fora as representações culturais intrínsecas às populações das áreas pesquisadas cujos critérios históricos, culturais, estéticos e políticos-religiosos nem sempre correspondiam aos que lá foram aplicados.

Nesse tipo de abordagem, o levantamento das expressões culturais fica limitado ao universo tradicionalmente compreendido, como aquele formado por uma espécie de cultura nacional verdadeira, ou pelo menos considerada como tal por um grupo específico. Essa seleção restrita do que deve ser

preservado mantém um distanciamento, e a população, ao não se identificar com esse acervo cultural, não se envolve nem contribui para a sua proteção.

Por outro lado, para os representantes das Academias e técnicos das estatais está claro o valor histórico e cultural dos monumentos que se tenta proteger, mas para as populações, sem o devido conhecimento histórico, que todo cidadão deveria poder ter, os critérios de escolhas estabelecidos passam longe de suas prioridades e hierarquias. Uma população que não se identifica com o acervo cultural estipulado como seu ficará sempre à parte da responsabilidade de protegê-lo.

Hoje, fica cada vez mais claro que devem ser protegidos não só os bens representantes de nossa história oficial, mas também aqueles que representam as expressões do povo, que não é formado por uma massa acéfala ou sem identidade, mas tem suas características e aspirações particulares.

Buscando a aplicação de novos critérios de escolha de bens a serem preservados, a FUNDARPE⁴ procurou entender o panorama cultural do Estado e contribuir para sua preservação. Para levar adiante essa tarefa, procurou-se uma participação efetiva da população dos municípios, e o órgão passou a atuar mais no papel de observador do que como ator do processo.

Para identificar os elementos culturais do Estado foi estabelecido que deveria ser feito um mapeamento das manifestações artísticas de Pernambuco com o objetivo de criar um processo que, ao final, permitisse entender quais eram, em que regiões e, acima de tudo, qual a percepção da população sobre seu patrimônio cultural. Na época a capital não dispunha de informação organizada e atualizada e, no interior, vários municípios desconheciam os mecanismos legais de proteção e as fontes de financiamento para a cultura.

Para tal, foi enviada uma cartilha a todos os municípios, visando a divulgação dos mecanismos legais de proteção patrimonial, como solicitação de tombamento municipal, estadual e federal, além de instruções para criação de conselhos municipais de cultura, arquivos públicos e, fundamentalmente, os conceitos ligados a patrimônio tangível/material e intangível/imaterial.

Visando orientar a população, decidiu-se promover um Fórum em cada uma das 12 Regiões de Desenvolvimento, em que o Estado está dividido, com a participação de todos os municípios⁵. Esses fóruns visavam colher *in loco* e com a participação da população os elementos culturais de cada região e, acima de tudo, perceber como a população valorizava e preservava sua cultura. Assim, foram convidados prefeitos, secretários de educação, cultura e esporte, vereadores, diretoras de escolas da rede estadual e associações de classe ligadas às atividades culturais. Para que o evento cumprisse realmente sua finalidade, os convites foram acompanhados de uma lista dos elementos culturais de cada município e fichas para complementação do que ainda não se conhecia oficialmente.

O resultado foi excelente e a resposta veio através de verdadeiros dossiês do patrimônio dos municípios. Inclusive trabalhos que extrapolavam os dados solicitados.

Com relação ao patrimônio intangível/imaterial a surpresa foi maior, ainda mais se comparados os dados que existiam, com as informações colhidas.

O conjunto das informações obtidas permitiu formar um perfil das tendências culturais das distintas regiões. Assim, após os eventos realizados ao longo de pouco mais de um ano, foram criados três mapas geográficos e temáticos para cada RD – Região de Desenvolvimento. Em um grupo o patrimônio histórico e arqueológico, no outro os espaços de convivência cultural e, por último, o patrimônio intangível⁶. O resultado dessa pesquisa serve como exemplo para mostrar a responsabilidade que os próprios

moradores trazem para si na preservação de sua cultura, quando devidamente orientados e consultados.

Dentro desse raciocínio, como outro exemplo de forma de abordagem diferenciada, pode ser relatado o projeto de pesquisas desenvolvido sobre um monumento existente no Porto do Recife, denominado Cruz do Patrão, onde foi aplicado um modelo de atuação caracterizado como participativo.



Figura 1 - O monumento a Cruz do Patrão

Este projeto surgiu de uma solicitação da Comunidade Negra da cidade do Recife, junto à administração municipal, para que fosse realizado o resgate histórico do monumento, considerado um importante símbolo na cultura dos antigos escravos negros que viveram no Recife. Erguida no século XVIII, no antigo istmo de Olinda, caminho que ligava as cidades de Olinda e do Recife, a Cruz do Patrão foi construída para servir de baliza aos navios que entravam no porto, e tornou-se um símbolo da cultura negra em decorrência dos acontecimentos que ali tiveram lugar.

A parte do istmo onde localiza-se a Cruz era bastante deserta naquele período, e foi local de assaltos e assassinatos. Além disso, são muitos os relatos das atrocidades que ocorreram naquele local, levando-o a ficar conhecido como um dos locais mais assombrados do Recife. A tradição que dá bases à história dos negros, repassada de pais para filhos ao longo de gerações, caracterizou o monumento como local de espancamento e sepultamento de negros. Temos alguma comprovação historiográfica de

certos fatos, como podemos ver no relato da inglesa Maria Graham que veio a escrever *Diário de uma viagem ao Brasil*, em 1821. Nessa sua obra ela relata alguns aspectos sociais e urbanos da cidade, mas impressiona o relato que ela faz de uma cena que presenciou no istmo de Olinda na sua passagem por aquele local, quando da sua volta de Olinda para o Recife, após participar de alguns festejos naquela cidade.

“O sol já ia baixo muito antes de termos alcançado sequer o primeiro dos dois fortes [Buraco e Brum, respectivamente] em nosso caminho de volta para a cidade. Os cães já haviam começado uma tarefa abominável. Eu vi um que arrastava o braço de um negro de sob algumas polegadas de areia, que o senhor havia feito atirar sobre os seus restos. É nessa praia que a medida dos insultos dispensados aos pobres negros atinge o máximo. Quando um negro morre, seus companheiros colocam-no numa tábua, carregam-no para a praia onde abaixo do nível da preamar eles espalham um pouco de areia sobre ele. Mas a um negro novo até este sinal de humanidade se nega. É amarrado a um pau, carregado à noite e atirado à praia, de onde talvez a maré o possa levar”⁷.

Entendendo que o reconhecimento, a valorização e a apropriação do patrimônio cultural pela sociedade se efetiva através de seu resgate histórico-cultural, a comunidade negra do Recife buscou esse resgate através do monumento Cruz do Patrão, construído pela classe dominante de então, mas que através da historiografia e pela tradição oral, conta aspectos importantes da vida dos negros do Recife, tornando-se símbolo da escravidão.

O projeto de pesquisa foi realizado pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia e preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco e financiado pela Prefeitura da Cidade do Recife, em conjunto

com o Programa. Versou sobre a história e a dimensão simbólica desse monumento frente às tradições culturais que vigoram na cidade, e que o vincula ao sofrimento e morte de escravos. O seu estudo considerou os conteúdos espirituais existentes, próprio do contexto imaterial, firmemente ligado à história de monumentos como esse, pois sabemos que, para entendê-los como patrimônios da cultura material, precisamos, antes de tudo, conhecê-los em seu substrato imaterial.

Como resultado das pesquisas e das escavações arqueológicas realizadas no local, o monumento ficou caracterizado, não como um local de sepultamento de negros, mas como local de realização de rituais afro-religiosos. Nas camadas arqueológicas escavadas foram encontrados vestígios de rituais realizados em finais do século XIX e começos do XX, vinculando o espaço a esse tipo de expressão da cultura negra da cidade do Recife. Dos corpos jogados à beira das marés só foram encontrados alguns ossos desconectados e partidos. Mas os atos dessa imensa crueldade humana, realizados no local, ficaram estigmatizados nos rituais concretizados aos pés da Cruz do Patrão, como a única possível atitude: uma reverência aos eguns, pelo descanso dessas almas que, segundo conta a tradição oral, ainda hoje vagam no local.

O envolvimento da Comunidade Negra marcou os trabalhos realizados na Cruz do Patrão. Desde as pesquisas iniciais, ao desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, até quando orientou a equipe de arqueólogos acerca dos achados relacionados aos seus rituais. Durante as escavações algumas escolas da rede pública visitaram o local, e após o seu término foram organizados alguns debates e palestras com parcelas da comunidade, interessadas nesse importante resgate histórico. Hoje está sendo elaborado um projeto visando o uso do local pela comunidade, completando-se desta forma o resgate desse importante monumento cultural da cidade.

No trabalho realizado na Cruz do Patrão tem-se um exemplo em que a população atuou de forma participativa na escolha de um bem a ser preservado. O sucesso dessa atuação induz a uma nova tendência que se

configura na recuperação de elementos culturais característicos de um grupo ou etnia que procura manter sua identidade dentro da sociedade brasileira.



Figura 2 - Ritual inicial de pedido de autorização aos eguns, quando do início das escavações.



Figura 3 - Ritual realizado quando foram encontrados ossos humanos.

Como foi visto, as políticas públicas de preservação adotadas no Brasil protegem apenas limitadamente os bens patrimoniais nacionais, no sentido de que não atingem a meta, que deveria ser a principal, que é incutir na mentalidade do brasileiro o respeito pelo seu acervo patrimonial, considerando-o como parte imprescindível de sua vida. O caso citado como exemplo de uma nova postura a ser adotada é apenas um caso pontual que surgiu de necessidades específicas, não refletindo uma nova mentalidade que se possa considerar como geral.

Fica cada vez mais claro que, para se implementar uma política de intervenção que seja ampla e democraticamente abrangente, deve-se adotar a educação patrimonial como ponto de partida para alcançar uma mudança de mentalidade do povo brasileiro como um todo. A valorização histórica dos bens artísticos e culturais e o respeito pelos ambientes naturais é algo que deve ser incutido em todos os grupos sociais do país. O conhecimento e a preservação do acervo cultural que marca a identidade de um grupo deve ser cuidadosamente cultivado, pois a descaracterização identitária, como reflexo de perdas do acervo histórico e cultural, quando toma grandes proporções torna-se irreversível. A preservação do patrimônio é a chave para a manutenção da identidade de um povo, além de ser uma grande fonte de renda. Para os estudiosos do turismo cultural, perdas do patrimônio não só se refletem como perda cultural, mas também, como perda na área financeira, visto a dimensão que pode alcançar na exploração do turismo.

A relação entre investimentos em conservação do patrimônio histórico e ambiental e o desenvolvimento do turismo é direta. Uma forma de garantir a preservação de um bem histórico é o seu conhecimento por parte de técnicos promotores das políticas de preservação e principalmente pela população. Incutir na cultura local os benefícios da preservação de um patrimônio histórico pode ser um caminho para tal. A implantação de um banco de dados acompanhado de uma inventariação contínua é outro instrumento bastante forte neste contexto, já que é ele o repositório de todos os dados

inerentes ao bem, e assim, garante que este seja respeitado quando de alguma modificação no local em que está inserido.

Logo, dizendo mais vez, a participação efetiva da comunidade no que tange ao patrimônio histórico, preservação e uso, faz-se necessário, uma vez que nele está implícito a identidade de um povo e nada mais concreto que a decisão de quem vive e se utiliza deste patrimônio para mantê-lo vivo e dinâmico. A valorização e o uso do patrimônio cultural, assim como o ambiental, deve ser entendido como reapropriação dos símbolos e espaços que sempre fizeram parte do homem, mas estavam esquecidos e relegados a um plano inferior. Com essa valorização e a preservação dos espaços, a nível urbano, aprecia-se a devolução da cidade aos cidadãos. Assim, a preservação deve ser entendida como uma reapropriação das idéias, objetos e espaços da cidade, ou fora dela, por seus moradores, e pressupõe uma clara política pública de preservação assim como uma eficiente gestão patrimonial.

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

UFPE

E-Mail: catarinatr@hotmail.com

NOTAS

¹ Este artigo é parte integrante da tese de doutorado, intitulada Posturas e Práticas de Preservação. O confronto entre modelos participativos e centralizados na manutenção dos bens culturais em Pernambuco (1978-2006) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, em 2006.

² Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH/RMR, realizado pela FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, em 1978.

³ Como por exemplo o Engenho Monjope, que faz parte dos treze engenhos classificados no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife de 1978 e foi tombado pelo Estado em 1986, depois do qual foi desapropriado, indenizado e revitalizado e encontra-se hoje, em péssimo estado de preservação, fato que gerou um novo projeto para sua recuperação.

⁴ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

⁵ Os Fóruns foram organizados com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e em conjunto com a Agência CONDEPE/FIDEM e o Porto Digital.

⁶ Pernambuco. Panorama Cultural do Estado. Mapeamento Participativo dos elementos culturais junto aos municípios. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, FUNDARPE, Recife, 2006.

⁷ GRAHAM, Mary. Diário de uma viagem ao Brasil, ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. O tombamento na preservação de áreas naturais, In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.19, 1984, p 41-44.

ARTHUR, Orlando. Porto e Cidade do Recife. Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1908.

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos, Rio de Janeiro, DP& A, 2003.

ARANTES, A. A. (org.). Cultura e cidadania, Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, n.24, 1996.

ARGAN, G.C. A história da arte como história da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BALLART, Joseph. El Patrimônio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso, Barcelona, Ariel, 1997.

BOSI, A. Memória e Sociedade, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.

BOSI, Vera. Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda, In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.21, 1986. p 134-145.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas, In: Revista do Instituto Polis, Prespectiva, São Paulo, v. 15, n.2, 2001.

CASTRO, Sônia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política, Patrimônio Histórico. In: DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo:

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio, Ed. UNESP, tradução Luciano Vieira Machado, SP. 2001.

COSTA, José Sérgio Regueira. O Porto do Recife (roteiro de uma viagem através de sua história). Revista do Arquivo Público, Recife, 1952-1956, Anos VII a X, números IX a XII.

FREYRE, Gilberto. Assombrações do Recife Velho. 5ª ed. Editora e distribuidora de livros, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRj / Minc / Iphan. 2ª.ed., 2005.

HIGINO, Sérgio. Notas para a história do Porto. In: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, jul/dez de 1942.

_____. Para a história do Porto. In: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, dezembro de 1943.

MAIOR, Paulo Souto. 16, 2006, In: Panorama Cultural do Estado de Pernambuco. Ed. Gov. Do Estado de Pernambuco, FUNDARPE-SEDUC, 2006, Recife.

PESSIS, Anne-Marie – Imagens da Pré-História. Parque Nacional da Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRÁS, 2003.

PINTO, Estevão. O porto do Recife e sua evolução histórica, In: Álbum do Porto do Recife, 1933.

PRATS, Llorenç – Antropologia e Patrimônio, Barcelona, editorial Ariel, 1997.

RABELLO, Evandro. Cruz do Patrão, testemunho de horrores, In: Boletim da Cidade e do porto do Recife, abr/set de 1968.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN, 1980, 196p.

SETTE, Mário. Arruar: história pitoresca do Recife antigo, Prefeitura da Cidade do Recife, 1947.

_____. Ruas e arrabaldes do Recife antigo, In: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife, 1932.

SOUZA FILHO, C.F.M. de. Bens culturais e a proteção jurídica. Porto Alegre, Unidade Editorial, 1997.

Plano de Preservação dos Sítios Históricos – PPSH da Região Metropolitana do Recife. Realizado pelo FIDEM, em 1978

Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior – PPSHI. Realizado pela FIAM, em 1982.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Pernambuco – IPAC/PE, O Sertão do São Francisco. Realizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico da FUNDARPE em 1983